

Inserção Social, Democracia e Produção de Conhecimento

Prof. Dr. Bento José Rúpia Júnior¹

Resumo: Este artigo é oriundo da conferência realizada pelo professor Bento José Rúpia Junior no XIV Congresso Nacional de Pesquisa em Educação (COPEP), que ocorreu entre os dias 13 e 16 de junho de 2023 na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Congresso foi organizado pelas professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Unimontes, e do Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais (DMTE) da mesma instituição. A conferência, que deu origem ao artigo, intitulada de Inserção Social, Democracia e Produção de Conhecimento, foi desenvolvida na abertura do evento supracitado, pelo convidado internacional do COPEP 2023, Bento José Rúpia Junior, que é professor associado da Universidade Pedagógica de Moçambique e Diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia de Maputo-Moçambique.

Palavras-chave: Inserção social. Democracia. Produção de conhecimento.

Social Insertion, Democracy and Knowledge Production

Abstract: This article originated from the conference held by professor Bento José Rúpia Junior at the XIV National Congress of Research in Education (COPEP), which took place between the 13th and 16th of June 2023 at the Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), and was organized by the professors of the Postgraduate Program in Education (PPGE) at Unimontes, and the Department of Educational Methods and Techniques (DMTE) of the same institution. The conference, which gave rise to the article, entitled Social Insertion, Democracy and knowledge Production, was developed at the opening of the aforementioned event, by the international guest of COPEP 2023, Bento José Rúpia Júnior, who is an associate professor at the Universidade Pedagógica de Moçambique and Director of the Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia de Maputo-Moçambique.

Keywords: Social Insertion. Democracy. Knowledge Production.

Inserción Social, Democracia y Producción de Conocimiento

Resumen: Este artículo surge de la conferencia realizada por el profesor Bento José Rúpia Junior en el XIV Congreso Nacional de Investigación en Educación (COPEP), que

¹ Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professor da Universidade Pedagógica de Moçambique. Moçambique. Email: rupiab6570@hotmail.com. Orcid: 0000-0003-1000-3734.
eISSN 2594-4002

tuvo lugar entre el 13 y 16 de junio de 2023 en la Universidad Estadual de Montes Claros (Unimontes), y Fue organizado por docentes del Programa de Posgrado en Educación (PPGE) de Unimontes, y del Departamento de Métodos y Técnicas Educativas (DMTE) de la misma institución. La conferencia, que dio origen al artículo, titulada Inserción Social, Democracia y Producción de Conocimiento, fue desarrollada en la inauguración del citado evento, por el invitado internacional de la COPED 2023, Bento José Rúpia, quien es profesor asociado de la Universidad Pedagógica. de Mozambique y Director de la Facultad de Ciencias Sociales y Filosofía de Maputo-Mozambique.

Palabras clave: Inserción social. Democracia. Producción de conocimiento.

1 Conferência de abertura - Inserção Social, Democracia e Produção de Conhecimento

Boa noite a todos. A primeira coisa que eu queria dizer é que tentei ler o meu currículo resumido, que foi utilizado para me apresentarem ao auditório, eu me lembrei de um sociólogo francês, que dizia que as biografias têm uma particularidade, é que elas falam somente de nós, mas não falam do entorno, não falam com quem convivemos, não falam das circunstâncias em que estudamos, as nossas angústias. Por exemplo, na Unimontes, vocês não sabiam que para estudar no Brasil eu tive que enfrentar dificuldades. Naquela altura, houve gente que não pôde contar com a minha companhia, mas essas pessoas também faziam parte de meu nós. E na biografia não aparecem essas angustias, essas ausências. Por isso, mais do que uma biografia colorida, importante são as trajetórias que inter cruzam laços, saberes, momentos. Como esse aqui.

Então, eu queria dizer que palavras não são suficientes para simbolizar o agradecimento que eu tenho para todas as pessoas que permitiram que eu pudesse ter uma trajetória que me permitisse chegar a este momento, estar aqui, estar falando para vocês. E o meu obrigado particular vai para os moçambicanos. Todos. Mas, principalmente, aqueles que não puderam ir à universidade para que eu pudesse estudar. Aos brasileiros, os brasileiros esquecidos. E quando ouvi o Reitor dizer que existem problemas que eles enfrentam tão iguais aos nossos, isso me deu uma sensação de que eu não estou no Brasil, estou em Moçambique. Porque os problemas que vocês enfrentam são os problemas que nós enfrentamos e que temos que lutar para conseguir vencer.

Por essa razão, e por duas coisas mais, eu me sinto em casa e por isso agradeço por me receberem em casa. É um prazer enorme estar aqui. Eu me sinto mais um brasileiro à medida em que o tempo passa. E eu vou citar uma pessoa, chama-se Michel Serr, que disse “Uma ponte só é uma ponte quando alguém a atravessa”. Uma ponte não é um

objeto. É um lugar de passagem e um lugar de encontro. E este encontro é prazeroso e desafiante.

Duas medidas, porque primeiro eu sou e sou porque vocês são. E se vocês são, nós somos sendo. E a ponte que perpetua relações, transforma-se em relações intermináveis entre pessoas. Então, é assim como eu vejo e reconheço a hora que eu aceitei esse convite, esperando que se transforme numa ponte que leve brasileiros para a Universidade Pedagógica, tal como eu tive o privilégio de vir à Unimontes. Esse é o primeiro dado que eu gostaria que vocês levassem em conta. Que a ponte não seja de um só sentido e sim de mão dupla. Da mesma forma que estou aqui, vejo com otimismo que nos próximos tempos muitos de vós estejam em Moçambique, uma terra que não tem muito, senão a bandeira do bom acolhimento, das relações e da afetividade.

O segundo é que eu peço desculpas, é que a minha fala rejeita lugares comuns. Então, muito do que eu vou dizer aqui, e vou seguir lendo o texto para ser o mais consistente possível, normalmente produz o efeito de, no final das minhas falas, eu não gerar simpatias.

Eu gosto de dizer aos estudantes e colegas que eu gosto de sentir a brisa bater em mim. E a brisa é a brisa da negação, para que eu tenha a possibilidade de pensar diferente, para que eu tenha a possibilidade de não ser homogêneo, para que eu tenha a possibilidade de confirmar que a sociedade, infelizmente, é hierarquizada. Então, tenho direito de pensar diferente e, normalmente, proponho coisas que os outros não gostam de ouvir porque elas tiram-nos do lugar de conforto. E se não tiram pelo menos convidam-nos a fazê-lo. A homogeneidade e o consenso de pensamento não são saudáveis para o crescimento das sociedades.

Estamos vivendo um momento muito, muito particular à escala universal e planetária, atravessando os universos social, cultural e político. E esse momento que nós estamos atravessando, podemos designar de transformação. E aqueles que não quiserem podem chamar de metamorfose, mas que é carregado por um mundo de múltiplas angústias.

Não deixo de reconhecer, no entanto, espero que me acompanhem nesse raciocínio, que os avanços da humanidade estão associados à agregação do conhecimento produzido e os avanços da ciência e da técnica. No entanto, esse avanço apresenta o reverso da moeda: os usos do conhecimento e da ciência são capazes de trazer coisas

ruins, não apenas o progresso.

Estamos organizando um congresso em Moçambique no dia 21 de Outubro e uma das palavras-chave do nosso congresso chama-se tolerância.

Nos últimos anos fomos revelando que as nossas sociedades vão confirmando que nós temos poucas possibilidades de ser tolerantes, sobretudo com aquelas pessoas que nós achamos que estão abaixo das possibilidades da nossa própria existência. E por isso o termo importante que faz parte do conteúdo que vocês me pediram para trazer, para compor a reflexão, é a inserção social. Sobretudo ela é necessária nos dias que correm para minimizar (e sublinho minimizar) os estragos produzidos por essa ciência, porque o ideal seria que não tivéssemos que invocar a inserção social, nunca deveríamos invocar tanto porque se nós fôssemos capazes de viver no princípio do pertencimento, a inserção social se transformaria numa letra morta. Eu vou arriscar alguns números, eu espero que, se eu me equivocar nos números, vocês não me culpem, mas culpem o IBGE, que tem a legitimidade de prover dados ligados aos indicadores sociais do Brasil e foi lá que fui buscar.

Um pouco por toda parte, inclusive até no Brasil, há um conjunto de dados que nos mostram que a heterogeneidade da sociedade, para questões de desigualdades estruturais, é muito forte. Pensem nisso: os dados de 2021 desse IBGE, essa instância poderosíssima, diz que 62,5 milhões de brasileiros são considerados pobres. As causas da pobreza no Brasil são fatores históricos, políticos e econômicos. A heterogeneidade das sociedades grosso modo ressaltam as principais desigualdades estruturais identificadas evidencia o perfil das pessoas que, maioritariamente, se mantêm na informalidade, na subocupação, na desocupação, ou são excluídas da força de trabalho, sobretudo aquelas consideradas mais vulneráveis, como as de cor ou raça preta ou parda, bem como mulheres e jovens, em especial os que não estudam e não estão ocupados, face à necessidade do desenvolvimento de políticas públicas orientadas a esse grupo.

Essa maneira tão simplista de reduzir as coisas, que eu acho interessante, e eles (IBGE) depois apresentam um conjunto de ideias que tentam explicar a razão de ser dessa pobreza, nomeadamente, que há uma acentuada concentração fundiária, um acelerado processo de urbanização, êxodo rural, querendo dizer com isso que as pessoas têm uma tendência para apostar entre a mobilidade e o deixar-se ficar no interior, as regiões de menor atratividade, com ausência de equipamentos sociais de universidades, hospitais,

escolas, casas para habitar etc. Apontam também a falta de investimento na educação, o grande número de trabalhadores informais. Permitam-me que pergunte: o que chamamos de informal àquilo que chamamos de informal? Então, informal, como todo o resto, e como nós conseguimos categorizar? Atribuímos algumas categorias para poder não justificar a nossa condição, o nosso estado das coisas.

E depois outro dado que é apontado pelo IBGE como sendo a causa dessa pobreza, que é a insuficiência de políticas de combate. Depois, crescem-se os dados sobre educação também, que considero muito interessantes. Esses dados informam-nos que mais de metade dos brasileiros de 25 anos ou mais ainda, não concluíram a educação básica. Os rankings apontam essa necessidade urgente do Brasil mudar esses sinais e as desigualdades sociais são um dos principais obstáculos para que essa educação, necessária para as crianças, não apareça até agora.

Vocês poderiam dizer assim: “Poxa, mas está falando sobre o Brasil”. E Moçambique? Eu vou falar sobre Moçambique também, para lhes dizer, por exemplo, que tem uma pesquisa desenvolvida por mim sobre o direito a educação por parte de crianças em idade obrigatória de frequência à escola, elaborada a partir dos dados do último censo populacional e que mostra que da população total de perto de 20 milhões de habitantes, 5 milhões têm idade de escolarização obrigatória básica (ensino fundamental), mas cerca de 3 milhões estão fora da escola. Claramente estamos em presença de falta de inserção social educativa.

Então, as justificações que se dão pelo Instituto Nacional de Estatísticas do meu país, não é propriamente o IBGE, mas faz as mesmas coisas nos são convincentes. Ele apresenta este rol de propostas para justificar essa ausência de crianças nas escolas. Ora, mas o que importa aqui, depois de referir esse número assustador de direitos sonogados a crianças, é que contraditoriamente, as instâncias mundiais, gosto de chamá-las de elites mundiais decisórias, como é o caso do Banco Mundial, do Fundo Monetário etc., elas pedem, apoiados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, por exemplo, o problema da educação, como sendo um direito do qual nós não podemos abrir mão, e que há nesse entendimento de que a educação é um direito universal e que os governos devem garantir o acesso ao sistema educacional para permitir a formação do sujeito. No meu país, por exemplo, estabeleceu-se recentemente, através da Lei número 18 de 2018, os princípios do Sistema Nacional de Educação. No seu terceiro artigo, esses princípios apontam para a ideia de que é direito e obrigação do Estado assegurar aos cidadãos o

acesso à educação. No entanto, os números que eu apresentei anteriormente parecem refutar essa ideia legislada por grupo de pessoas que pertencem a essa classe que eu chamo de, tomando de empréstado a expressão de Pierre Bourdieu, nobreza do Estado (BOURDIEU, 2012, p. 103).

Então, como podem ver, a questão da educação, ela parece sempre estar no seio dos muitos direitos que deveriam estar consagrados e assistidos, mas, no entanto, são direitos refutados por grande parte das sociedades, não somente a brasileira, como muitas outras. E, portanto, nessa questão do acesso, da possibilidade dos direitos, eu chego àquela ideia fundamental de que a inserção social dos indivíduos, na sua maioria, deveria ser um problema não discutido, um falso problema. Um não-problema a partir da altura em que o comprometimento de cada um possa, em primeiro lugar, questionar a essa nobreza estatal da exclusão de muitos e assumidamente consideramos esses muitos como se fossem poucos, pois não acompanham o discurso de combate a exclusão ações visando tal inserção.

Já vou falar também da nobreza do Estado, quando chegar à questão da democracia, porque é um dos temas que me foi pedido para falar, mas eu acho que reside essencialmente no que eu vou dizer a seguir: aquilo que me marcou durante muitos tempos, em conversas sucessivas com o autor português Boaventura de Sousa Santos, é que uma vez ele identificou uma das maldades, uma das razões para que nós possamos ainda hoje falar de exclusão social.

Ele escreveu depois disso num livro que chamou de “A Cruel Pedagogia do Vírus” e ele dizia: a cruel pedagogia do vírus é um ensaio que procura justificar a necessidade de nós enfrentarmos as desigualdades. E ele considerou que seriam três os unicórnios que justificavam as desigualdades. Em primeiro lugar, o capitalismo; em segundo lugar, o colonialismo; e em terceiro lugar, o patriarcado. Segundo Boaventura de Sousa Santos, os unicórnios atuam em duas frentes principalmente: a invisibilidade e o isolamento. (2020, pp. 12-13).

Eu acrescentaria uma terceira: a deslegitimação. Pode-se ir mais longe e falar sobre desigualdades de forma mais objetiva, mas se for o caso, os tais nomes dos unicórnios a que eu fiz referência, nós podemos substituí-los, se vocês sentirem que são pesados demais. Se esse for o caso, podemos colocar desigualdades sociais e econômicas, no lugar de capitalismo; desigualdades raciais e culturais, no lugar de colonialismo;

e desigualdades de gênero e políticas, no lugar de patriarcado. Reconhecer que é assim, assentada nesses pilares, que nossa história se desenrola é o primeiro passo para o enfrentamento das desigualdades.

Desde o período colonial, em nossos países, as desigualdades sociais, culturais, econômicas e políticas são mantidas sob controle e sustentam suposta meritocracia e discursos salvacionistas. O relato e a denúncia das desigualdades estão presentes há muito, embora seu enfrentamento seja sempre relativizado.

E ao ponto em que nós chegamos, nós pensamos que as pessoas que estão fora dos espaços de privilégio merecem estar nesse espaço sem discussão. E esse é um problema muito sério.

Eu vou abrir aqui uma janela para dizer o seguinte: se eu fosse brasileiro, eu não aceitaria a política de cotas, política do acesso à universidade através de cotas. Eu não aceitaria porque a política de cotas legitima exatamente esse princípio do isolamento, esse princípio de colocar de fora, é um reconhecimento e uma aceitação da ausência da inserção social das pessoas. É a exclusão subtil, caricaturada de direito. Por que eu tenho que me sentir no direito de ser excluído, para depois, em forma de dádiva, aceitar dessa classe que tenho dificuldade em chamar de classe, essa nobreza do Estado, a dádiva de possivelmente poder participar através de critérios numéricos? É que as pessoas não são números que podemos manipular. Trinta por cento não se refere a números, se refere a essa pessoa. E há pouco eu dizia a vocês que os direitos universais abrem espaço para que a gente tenha o direito de estar dentro da universidade, dentro da escola, dentro da igreja. Todas essas instituições que vocês quiserem, capazes de ser provedoras da educação.

Mas para isso, se for necessário acabar com essas instituições para podermos matar a exclusão, então, que acabemos com elas para poder abrir espaços para criar outras coisas com outros nomes. E até podemos repetir os nomes, mas que não nos tirem esse direito de inserção e que não exerçam sobre nós esse constrangimento dissimulado.

Estamos no espaço de aprendizado. O quanto para encerrar esta parte, eu queria dizer que o papel do Estado é fundamental e, quando falamos de Estado, a forma suportável de organizá-lo melhor se apresenta na forma de democracia, como toda a gente tem dito. E para isso, eu quero dizer que as desigualdades só estão presentes há muito no nosso seio pelo fato do Estado não assumir o enfrentamento aos problemas da desigualdade.

Relativamente à democracia, esta coisa maravilhosa, essa forma de organização política, que chega por ser homogênea e global... Eu quero dizer-lhes que é um regime muito improvável e frágil. É obra da história, não da natureza. E por isso, por ser obra da história, ela sofre tremendamente nas mãos das pessoas. Desde logo, a própria distribuição do poder que se faz, elitizando alguns e colocando outros numa situação pouco humana, praticamente desumana.

E quando eu vi o reitor dizer que existem escolas já prontas, mas que não tem ninguém usando elas, então a pergunta que emerge rapidamente é: o que faz o Estado? O uso dos recursos da maneira inapropriada. Mas também a democracia, a democracia é um tema que é sempre bom voltar desde a queda do muro de Berlim. Ela generalizou e, depois, com essa generalização, ela trouxe a ideia enganadora de que a democracia seria uma coisa banal, então normal, como o ar que a gente respira ou, pela sua harmonia conjugal com o mercado, nos diferentes esquemas de ação da política. A democracia não tem, contudo, nada de natural. Ela foi e é a mais difícil opção que os homens tomaram e uma persistente construção da sua história que, como se tem visto, se desvitaliza com alguma facilidade.

Até porque é mais uma questão de cultura que está em jogo. Isto é, os princípios, os valores que o tempo enraíza e consoma numa comunidade, do que dos procedimentos pontuais de uma sociedade que possa assumir ou descartar, conforme as circunstâncias, aquilo que nós chamamos de sagrado, no caso concreto, a democracia. Mas ela tem um outro lado: a sua solidez e a sua riqueza são tanto maiores quanto maior for a abertura da sociedade à diversidade dos seus meios, à pluralidade das suas formas de expressão e à frontalidade dos debates em torno dela e em torno das funções essenciais que levaram à sua criação.

A democracia baseia-se em dois princípios nucleares: o da soberania do povo, que garante a defesa do bem comum e a igualdade dos cidadãos; e o da liberdade dos indivíduos, que garante uma esfera da própria vida que ninguém pode violar. Ora, colocando a democracia temporariamente, o poder de todos na mão de alguns, aquilo que eu chamo da nobreza do Estado, através do voto e da representação, podem surgir entre estes princípios diversos atritos, sobretudo porque, como escreveu Montesquieu, se há experiência eterna, é a de que “todo homem que tem o poder, tende a abusar dele”. Se Montesquieu tem razão, e os últimos séculos deram-lhe, o maior desafio que a democracia enfrenta é sempre o do abuso de poder.

Necessariamente, isso aqui para tentar dizer o quê? Quando nós falamos de ausência de inserção, prefiro usar a expressão exclusão desta maneira, é porque quem tem poder quer abusar do poder para legitimar ausência de inserção das pessoas. Só o pluralismo vai garantir diversas formas valorativas que atravessam uma sociedade, ao ponto de, no sentido de limitar o pluralismo e dar um passo errado, o duro enfraquecimento das sociedades e não propriamente do enfraquecimento da sociedade política, que são uma outra dimensão daquilo que confundimos muitas vezes com essas duas esferas, tem sido marca fundamental, até no campo da ciência, dizer “sociedade democrática” não significa necessariamente dizer toda a sociedade. Significa dizer um pequeno grupo de pessoas legitimadas para fazerem o uso da coisa pública ao seu bel prazer. Nem que, com isso, signifique periodicamente voltar para pedir a legitimidade para fazer o uso abusivo dessa coisa pública. E nós, mesmo na ciência, compactuamos com isso.

Eu dou um salto aqui para o que estou vendo há muito tempo. Eu vou recorrer a uma frase de Miguel Torga que dizia que a liberdade de falar e a liberdade de viver são as coisas melhores que existem à face da terra e que estas só existem quando se dá às pessoas a sua irreversível dignidade social. E, portanto, a democratização das sociedades se funda em coisas básicas e simples: igualdade de oportunidades, educação, emprego para os que podem trabalhar, segurança para os que dela necessitam, fim dos privilégios para poucos, preservação das liberdades para todos (2020).

Importa pensarmos que os sacrifícios têm de se basear numa forte consciência que fomos perdendo, na vertigem do econômico, que chegou a resultar, com muita força, em fazer valer mais do que a própria existência. Pior ainda: nós fomos perdendo para interesses e grupos, sem controle, que concentram a riqueza no mundo e tomam as decisões à margem de qualquer princípio ético e democrático. Ou seja, a própria democracia transformou-se num instrumento de legitimação de ações nada democráticas.

Essa é uma realidade inaceitável. O tamanho não conta, o que conta é o conhecimento e a ciência. Por isso, a massificação do ensino, o prolongamento da escola obrigatória e mais investimento, para enunciar apenas essas duas, são necessariamente a base para desmistificar esse uso que a democracia tem sido objeto.

Vamos lá: na sociedade de onde eu sou proveniente, nós temos um princípio que nos permite viver mais ou menos bem. Não temos posse, não temos coisas, mas temos

vivências. Esse princípio, acho que vocês já ouviram falar dele na língua portuguesa: o ubuntu. O que é o ubuntu? O ubuntu apela para a permanente diluição do sujeito em favor de um bem maior que é a coletividade. Não existe a expressão individualista do sujeito. Então, o ubuntu não quer dizer pessoa, quer dizer coletividade, pessoas. Então, eu, para poder fazer encadeamento com aquilo que estava dizendo inicialmente relativamente à democracia e à inserção social, eu queria fechar com esta ideia do ubuntu: o ubuntu tem princípios, são cinco os seus princípios.

O primeiro é o do compartilhamento e coletividade. Significa que as pessoas são incentivadas a trabalhar juntas e, por isso, dá-se a ênfase não à pessoa, mas à finalidade do que se está trabalhando, para o que a gente está fazendo, com que finalidade? Esse é o primeiro princípio. Há uma ênfase no trabalhador, em vez de se concentrar apenas no líder.

O segundo princípio é o da responsabilidade e desafios. Em muitas organizações há conflitos porque líderes e subordinados se culpam quando as coisas dão errado, não assumindo as suas responsabilidades. O *Ubuntu* promove a responsabilidade coletiva, importante para o sucesso de uma organização. Então, responsabilidade e desafios: no *ubuntu*, eles levam aqui o líder a ser o subordinado dos outros. Olhem para isso: o líder é o subordinado dos outros. Ele é chamado numa situação de crise, de crítica. Ele promove uma responsabilidade coletiva e não individual. Por isso que as lideranças se diluem dentro da coletividade, não são as lideranças, como o próprio princípio do sujeito... Eu não sou ninguém quando estou gravitando no seio da minha cultura, não sou ninguém, porque todas as minhas ações individuais, se não visarem aos outros, então elas não fazem sentido.

Na linha disso que eu estou dizendo, impera o princípio da desobjetivação e humanização: todas as instituições provedoras de conhecimento, no caso da educação, que são anciãos desse conhecimento, elas são obrigadas a promover uma forma de educar os membros da comunidade sem perder de vista que a humanização é o objetivo fundamental. Quer dizer, os meios para atingir essa educação não podem ser conservadores, tem que se basear em critérios pré-estabelecidos lá dentro. E aí a liderança aparece exatamente como se fosse a vigilância sobre estas formas.

A outra tem a ver com a ideia de que as pessoas são mais importantes do que as coisas. E isso entra em contradição com o princípio secular que nós vivemos. O *ubuntu*

compreende que a boa liderança deve ser servidora. Os verdadeiros líderes são liderados. Eles são liderados, eles sentem uma espécie de motivação para servir o outro e, por isso, com base nessa maneira de servir, eles são valorizados.

A quarta, tem a ver com a liderança participativa. Ou seja, você, que é líder nesse processo todo, a sua ação só tem sentido quando ela estiver inscrita na ideia do grupo, na ideia de pertencimento. Não sei se vou repetir muitas vezes a palavra pertencimento, mas é uma palavra que faz parte de nós.

A última tem a ver com a tomada de decisão. A tomada de decisão, em qualquer momento, ela não pode ferir o princípio da lealdade e da reconciliação. Então, eu, quando estava trazendo estas ideias sobre o *ubuntu*, tinha em mente chamar a atenção de vocês que o conhecimento, em primeiro lugar, antes do conhecimento, são e estão as instituições. Como vocês podem ver, nós, os africanos, sobretudo na região subsaariana onde venho temos uma tendência para diluir instituições e valorizar a vivência. Então, nesse processo da diluição das instituições, o conhecimento, ele só é conhecimento quando é baseado no próprio conhecimento. Ou seja, conhecimento do conhecimento faz com que haja uma aglutinação de conhecimentos que se transformam em saberes, saberes esses sustentados como ferramentas para vivência. E foi assim que eu construí um conceito de educação.

Sei que a minha fala está sendo muito longa. Então, o que importa mesmo para que vocês resistam dessa contribuição do *ubuntu* é que não é possível, como podem ver desta janela que eu fui apresentando, que qualquer espécie de sociedade que nós possamos construir, ela comece no princípio de isolamento, deixar de fora alguém, porque todos são colaborativos, todos fazem parte e todos participam. E por isso os passos dos saberes e do conhecimento atravessam momentos significativos de modelagem, porque é modelagem, quando eu estou falando dos africanos, é que apareceu uma instituição chamada Estado e se deu conta de que havia uma força cultural enorme do nosso lado e decidi atravessá-la, atravessar essa força cultural, e destruir esse princípio. Esse é o desafio que nós estamos enfrentando desde o momento em que eles decidiram modelar, impondo através das instituições patrocinadas pelo Estado como a escola. E sabem como é que ele se manifesta? Por exemplo, o ano letivo do ensino básico fundamental em partes muito representativas do Moçambique profundo e rural termina no dia 1 de junho. Sabem por quê? Porque o dia 1 de desse mês celebra-se o dia internacional da criança. As crianças vão à escola para poderem receber a garrafinha do refrigerante e o biscoitinho e

depois vão embora, porque a escola para eles não tem sentido, pelo menos a escola elaborada pelo Estado, porque é uma escola vazia por dentro, não tem valores, não tem presencialidade, não tem coletividade, não tem reconciliação, não é um espaço de atração. E nos ritos de iniciação e passagem elas encontram tudo.

Estou escrevendo um livro que se chama “Adeus à Escola”, inspirado nesse distanciamento. E nesse texto que estou escrevendo, o “Adeus à Escola”, é exatamente para mostrar que essa modelagem cultural trouxe, sobretudo, a destruição de valores raros. É que sabe o que as crianças preferem ficar fazendo? Elas vão participar dos ritos de iniciação e de maturação cultural, no lugar de irem à escola, para aprender coisas e saberes que elas não veem nas doutrinas do cristianismo catequético.

Por último falemos do conhecimento. Entendo que ao referirmo-nos ao conhecimento, pensamos o gerenciamento em três dimensões do conhecimento. Primeiramente, o conhecimento como mecanismo de compreensão e transformação do mundo; em segundo lugar, como uma necessidade para a ação; e ainda como um elemento de libertação.

O conhecimento como mecanismo de compreensão e transformação remete-nos para o mundo cultural, o mundo humano. Vivemos num mundo de constante atividade, por isso, conhecimento está relacionado a essa atividade e resultado do que fazemos. Observamos, sentimos e agimos, mas, principalmente, pensamos. Todos os nossos atos são acompanhados de pensamento, de reflexões sobre o observado, sobre o sentido e sobre o vivido. Então, necessitamos, além de viver no mundo, pensá-lo, compreendê-lo, ou seja, conhecê-lo.

A ação diferenciada de pensar o mundo e as coisas é um movimento humano de dar sentido ou de dar significado a tudo e compreender da maneira mais aprofundada possível nossas relações com o mundo e com as coisas. Assim, o conhecimento vai se tornando a compreensão teórica do mundo e das coisas, ou seja, uma elaboração no pensamento em busca do significado. Contudo, também há uma ação prática, pois a definição elaborada no pensamento conduz ao modo de agir sobre o mundo, compreendendo da forma mais breve e objetivamente possível o significado. O conhecimento vai aparecer, então, como sendo uma capacidade disponível em nós, seres humanos, para que possamos de uma forma mais adequada orientar a nossa vida.

Nesse sentido, nós vamos buscar conhecer, significar e compreender todas as

situações de vida. Agora, eu queria, sobre a questão do conhecimento, infectá-los com a ideia de que eu ando triste com o cartesianismo secular que foi instaurado na sociedade científica. Porque sempre se pensou que conhecer era seguir legitimamente tudo aquilo que o cartesianismo tinha elaborado para nós.

Então, aqui na fala, tinha colocado uma coisa com “conhecer”, como subtítulo “conhecer com afetividade de emoções também serve?” é a pergunta que eu deixo para vocês. Ou seja, conhecer de forma distinta que fomos enclausurados a pensar, em termos de procedimentos. O conhecimento racional e não emocional. Que relação podemos estabelecer entre o conhecimento e os afetos? Será a ausência deles no que legitimamos como conhecimento elaborado que contribui para a violência, intolerância, falta de inserção social do outro? Porque não podemos investir na introdução de uma nova forma de conhecer com uma forte influência afetiva?

Ainda hoje temos uma visão de produção de conhecimento um tanto quanto dogmática, conservadora, sectarista. Para nós, ciência ou produção do conhecimento é aquela forma restritiva, desses cânones conservadores e fechados, desse cartesianismo, que fiz referência. Então, surge depois a pergunta: as outras formas de conhecer servem? Podem passar? São inúteis?

Eu fui epistemologicamente, durante a década de 90 socializado no campo disciplinar pela sociologia portuguesa que estava significativamente marcada pela herança objetivista, não tanto nos termos distintamente, mas suficientemente criticados e superados nessa altura e, hoje, cada vez mais. E que levaram a uma espécie de questionamento que poderia conduzir a vida para uma viagem que alguns consideram ser pós-moderno, e que, no entanto, nem por todos foi assimilada.

Nessa altura em que eu tive a oportunidade de ser socializado disciplinarmente com base nos saberes paradigmáticos ocidentais, o que nós fazíamos? Nós invocávamos assim, como se fosse uma cartilha, a ideia de que deveria se fazer uma crítica feroz aos obstáculos epistemológicos, nomeadamente a explicação pelo individual, a explicação social pelo natural ou biologismo, o ativismo etc.

Então, os princípios como o da função do comando da teoria, que está presente em todos os processos de produção de conhecimento, passavam para nós essa ideia básica de que, se quiséssemos conhecer, teríamos que passar por três períodos: ruptura, construção e verificação. E depois havia necessidade de romper com as evidências do

senso comum etc. Era um conjunto, um emaranhado de pressupostos que nos eram apresentados e que nos levavam praticamente a cantar isso como se fosse doutrina. Leituras cruzadas que eu fui fazendo, abertura de alguns dos mestres, entre eles o professor João Miguel Lopes, permitiram-nos produzir uma maneira crítica de fazer ciência que não ficasse enclausurado na restritiva convenção cartesiana.

Então, esse incentivo que foi produzido pelos mestres e as leituras que fui fazendo levaram para uma certa crítica àquilo que me era apresentado de uma forma esotérica como sendo ciência. E eu sentia essa necessidade de vencer um certo ceticismo erudito que caracterizou o processo de formação. E, por isso, os aspectos de natureza hermenêutica, os aspectos intersubjetivos específicos da ação social foram ganhando uma nova importância.

E, portanto, hoje, parte das práticas sociais, parte do agir reflexivo das pessoas para mim foi tendo uma maior importância e maior influência na maneira como eu faço esse trabalho de tentar conhecer do que propriamente aquilo que me foi passado ao longo dos anos. E, por isso, aquela dicotomia velha do objeto e sujeito está tão diluída nos meus pressupostos que eu, em jeito de conselho, eu queria sugerir a vocês que os chamados paradigmas dominantes hoje fossem repensados numa linha de desencantamento perante o mundo secularizado, burocratizado, racionalizado, que contagia os cientistas sociais numa espécie de uma luta contra o chamado exagero logocêntrico.

Os aspectos hermenêuticos, intersubjetivos e expressivos da ação social ganharam nova importância. Uma importante parte das práticas sociais situa-se então entre o reflexivo e o inconsciente, numa espécie de limbo que as Ciências Sociais não devem alhear-se nem por influência do positivismo. As emoções e os sentimentos ganham por isso estatuto de objeto científico e desafiam a velha dicotomia sujeito objeto. Partindo do pressuposto da simbiose de conteúdos científicos e ideológicos patente em qualquer formulação teórica, seria profundamente ingênuo ignorar o contexto societal mais vasto a emergência do paradigma dos afectos corporalizados como base de memória e identidade sociais, em alguns meandros conhecida com epistemologia do sul. A grande questão prende-se com os procedimentos para produzir conhecimento sem assumir o princípio do anything goes (tudo vale) e sem dar muita vazão ao radicalizado princípio weberiano de neutralidade axiológica. Fazer a ciência dos afectos e não a ciência com afectos. O desencantamento perante um mundo secularizado, burocratizado e racionalizado contagia os cientistas sociais, na luta contra o exagero logocêntrico do

anterior paradigma dominante. O caminho passa pela dignificação, dentro do novo protocolo da objetivação científica, dos sujeitos reflexivos, ativos e afetivos.

Há uma tendência nas Ciências Sociais cada vez mais evidente para abrir caminho para a dignificação da ciência dentro de um novo protocolo de objeção científica, que acrescenta, para além da reflexividade do sujeito, uma outra dimensão: a dimensão afetiva. O que eu quero dizer com isso? É que não há nenhum cientista social, a menos que me apresentem vocês hoje um diferente, que não tenha esse lado afetivo, esse lado que a Professora Francely na sua fala chamou de político, que uma hora ou outra tentam perpassar para os outros, do fazer sentir da produção de conhecimento. O nosso modo de conhecer não consegue ser meramente racional e neutro axiologicamente.

Agora, o grande desafio é: como é que nós consideraremos aquilo que produzimos como ciência, se abrirmos a porta para a afetividade, porque a afetividade ela não pode ser afetividade científica, mas a ciência da afetividade é coisa totalmente diferente. A outra coisa que é ignorarmos a necessidade da neutralidade psicológica. Tudo serve, ela é perigosa. Ou a ciência exige, em determinadas alturas e por menor que seja, uma certa vigilância epistemológica para que aquilo que produzimos não seja meramente política, mas se considere, como a história foi fazendo ciência.

O papel do próprio investigador... E ela falou é método. Eu diria: o método, em si, não resolve tudo. É uma questão que vai para lá do método. Então, além dos mecanismos da compreensão do mundo, há também a necessidade de nos olharmos sobre a libertação do instrumento que eu, próprio sujeito na produção do conhecimento, até que ponto nós somos suficientemente livres para podermos dizer que aquilo que produzimos como conhecimento não é meramente uma forma teórica-prática da compreensão do mundo dos homens e das coisas, mas também uma parte de nós mesmos. Até que ponto é isso? mas sem depurar o produto, permitam-me a expressão “produto”, não por ser economista nem defender e gostar do economicismo da ciência, mas simplesmente porque ela ilustra melhor aquilo que eu queria dizer.

Então, a nossa atividade, como, por um lado, produtores de conhecimento; por outro, como educadores, ocupa um papel de destaque porque exige que tratemos do conhecimento e da sua produção de uma forma sistematizada e com crítica sobre a crítica. Porque a mera crítica ela leva ao segregacionismo, a crítica sobre a crítica leva ao reposicionamento. E hoje, mais do que nunca, o trabalho científico necessita, e vejam só

um apelo, de uma dimensão coletiva, colaborativa. Aqui fica um outro conceito: conheça a ligação com os outros, perda de tempo, conversa, partilha o que você faz e o que você trabalha. Precisamos de tempo para o pensar, para amadurecer, precisamos de tempo para nos desentendemos com os outros, sobretudo criando espaços para que a ciência seja o real e não uma mera produção.

Eu vinha no avião, estava sentado ao lado de um moço, de Luanda para cá, e achei interessante a ferramenta que eu estava usando, já me tinham falado dela, que é uma ferramenta em que, se por exemplo eu produzi um texto, alguém pega esse texto e vai buscar as ideias essenciais e a ferramenta transforma essas ideias com outras palavras e aparece lá. Eu não sei como é que chama essa ferramenta, já tinham me falado... [Chat GPT] exatamente! Eu vi aquele exercício do jovem lá no avião, fazendo sistematicamente, mas depois veio o produtivismo acadêmico.

E ele disse assim: “A ciência perdeu... A ciência perdeu...” Perdeu para quê? Para a instrumentalização da própria ciência. A ciência dele tinha que brotar, como vocês brasileiros dizem, “ficar dentro”, porque ela é uma atividade artística. Esse exercício artístico, ele não pode ser instrumentalizado, ele não pode ser objeto de três passos. Ele nasce de nós, mas não significando com isso que seja uma atividade solitária, ela é uma atividade coletiva, porque nós só somos sendo, se não formos sendo, então não somos sujeitos desta sociedade. Não podemos aceitar, por isso, como infelizmente está acontecendo nos nossos países, que hajam interrupções, quebras, que se cortam fios que demoram muito tempo a consertar. E aí vou acrescentar uma coisa, dizendo: não há universidade nem ciência sem debate, partilha, sem transmissão de uma herança. Por isso, é tão importante o trabalho coletivo e a dimensão intergeracional. E quando entra no intergeracional, entra a questão da educação.

Me reservo este último momento, que ia falar da educação, e que nos une aqui neste congresso. Começando com um olho no passado, ao viajar ao passado, essa importante referência para compreensão do hoje, percebemos a aposta engajada que é feita na educação como via institucional para garantir, de uma forma redobrada e alicerçada, o progresso da humanidade. Os avanços que se tiveram foram contraditórios: por um lado, geraram privilégios e destacaram realidades sociais em detrimento de outras; por outro, permitiram que pudesse encetar uma crítica ao estado das coisas. Vejam bem. A sociedade do nosso tempo, funciona dentro de mecanismos dissimulados de dominação, capazes de encapuzar a exclusão social de muitos através da prática social e

seus produtos derivados. E a educação aparece como um dos motores desse exercício. Essa educação, que eu tenho concebido como sendo um bem social que o Estado se apropriou e o transformou num bem público estatal e, ulteriormente, público. E é dessa passagem que resultam diferentes formas como esse bem foi apropriado. Para se falar da educação, é preciso, antes de mais nada, se perguntar pelo que de mais importante há para o homem. O que se tem em vista, toda vez que se fala de educação é um determinado tipo de vida social com seus valores nos limites de uma estruturação da sociedade. Esse preconceito prejudica, evidentemente, todo e qualquer enunciado que se queira fazer a respeito do tema educação, ultrapassando a esfera das culturas. O mais importante para todo homem é continuar a viver, é sobreviver (Rupia Júnior, 2020b, p. 46).

Essa minha elaboração aqui conta com uma imagem ou com uma ideia dinâmica de vida. A vida não é uma coisa imóvel, fixa, à moda do ser aí lançado que corre sobre uma estrada encostando-se da experiência. Não! A vida consiste num processo. Nunca está no mesmo lugar, a vida nunca está no mesmo lugar! Nunca tem a mesma figura, mas se torna sempre outra, permanecendo a mesma. A vida não se faz, está sempre em construção, consiste em fazer vida. Este fazer vida é dado no sentido de que não há nenhuma exigência que o use, nenhuma lógica que o dirija, nenhuma necessidade que ele se impõe. A vida é gratuita. Cada homem que nasce, espontaneamente, mas nasce situado. Nunca ninguém pediu para nascer, nasce num grupo familiar, numa sociedade com sua história, com sua cultura. Viver é viver aí no espaço e depois não se tem outra opção a não ser deixar de viver. Essa é uma opção, não aconselho ninguém a fazer, mas o que todo homem quer é continuar a viver, é sustentar-se na vida, é viver e viver mais. O viver se dá em situação, como eu afirmei.

Quer dizer, as possibilidades de vida se definem em conformidade com a situação. A situação é, primeiramente, social. Quer dizer que nós somos seres sociais. Cada homem encontra no seio da sua sociedade a visão de mundo, muitas vezes oferecida por causa das instituições, as grandes interpretações, as crenças, a organização econômica, social, política, de conhecimentos que mantêm e dá uma direção e as possibilidades dessa... (Rupia Junior, 2020b, p. 55)

Em segundo lugar, a situação tem também um caráter individual, na medida em que cada um se move dentro desse mundo de acordo com o que podemos chamar provisoriamente de verdade e de acordo também com as suas características físicas e psíquicas.

A situação implica limites. Por outro lado, uma vez aceitos os limites histórico-culturais que eu quero destacar, abre-se uma infinidade de possibilidades. Possibilidades, quer dizer, poder ser assumida. Uma possibilidade, quando assumida, dá um passo. Quer dizer, a vida assume uma determinada forma e, nesse momento, exclui outras formas. Viver significa caminhar possibilidades que, quando assumidas, deixam de ser possibilidade e se tornam realidade. Conhecer as possibilidades é resultado de saber. Por isso, educar também passa por ter essa possibilidade de obter saber.

O saber, com efeito, é o conhecimento que cada um tem de si mesmo enquanto possibilidade de vida. O saber está necessariamente ligado à vida. A produção da vida não tem sentido. Falar em saber por saber... Todos os saberes estão necessariamente ligados à produção da vida individual e social. Saber identifica-se com espaços recomendáveis para manter e aumentar a sua vida. Por isso, o saber é essencialmente prático.

Por mais teórico que seja, ele discute as possibilidades de vida e, discutindo, descortina e, descortinando, desconstrói a vida, descortinar essas possibilidades, é exatamente o objeto. Por saber ou, melhor, o próprio saber é saber que tem, evidentemente, duas dimensões: a pessoal – e a social, dentro das infinitas possibilidades de vida que o grupo social oferece ao indivíduo, a pessoa escolhe o seu caminho; para além dele, o grupo possui um saber mais amplo e cumulativo. O grupo social ou a sociedade da humanidade, se nós quisermos, escolhe seus caminhos, produz vida (Rupia Junior, 2020b, p. 59-60).

Na linha desta reflexão, educar significa, para mim, fazer o educando descobrir o saber necessário para viver. É fazer o educando descortinar suas possibilidades de vida. Aqui, eu queria deixar uma ressalva: é que estas reflexões não resolvem os problemas relativos às visões de educação que se tem, não! Pelo contrário, nem era pretensão minha fazer isso. Não diz que uma visão funcionalista é melhor que a marxista. Elas querem fazer com que nós possamos sentir que a educação tem que ser pensada como um processo de construção de vida numa situação histórica, a partir do indivíduo que, nesse momento em que é educado, se faz sujeito.

Eu quero apresentar algumas propostas de reflexão. A primeira proposta é que, no processo que conduziram para chegarmos a esse Congresso, foram sucessivos processos que vocês foram tendo, que nós sejamos capazes de romper com os obstáculos

epistemológicos e com os obstáculos do pertencimento (e para tal precisamos construir a sociedade comum). A segunda proposta: de reinventar as relações de produção científica e as relações sociais de convivência e de produção do ser. Não esperemos, temos que ser capazes, porque é assim que faz sentido.

Terceira proposta, que podem apelidar de protopias: precisamos de repensar o papel do Estado, essa nobreza que se coloca sempre em bicos de pés. Temos que configurar uma nova relação entre público estatal e público privado. E, ao fazê-lo, não diluir nenhuma das facetas, porque todas elas são importantes, mas há uma que parece nutrir mais simpatia dessa elite nobre que pertence ao Estado.

Última proposta: refazer a institucionalização da sociedade, partindo da reposição e reconversão da família enquanto a base essencial da educação, educação essa que, para mim, é uma coisa pública social e não apenas pública, como vislumbra e é vislumbrada pelo Estado. E aqui não é um apelo ao conservadorismo do patriarcado colonial. Não! É uma ideia de que a instituição mais importante, mais antiga, provedora da educação, chama-se família, não é a escola, não é o Estado e nem seus alicerces.

Eu creio que, com essas propostas, se vocês se sentirem engajados para criar um caminho, a sociedade brasileira irá bem, Montes Claros melhor e a Universidade de vocês muito melhor ainda. Eu fui, sucessivamente amplo, para não dizer exagerado, mas o que eu queria trazer era mais ou menos essa ideia de que todas as outras, todos os acontecimentos dentro deste Congresso, tem o privilégio de pensar que vocês não estão sós, vocês pertencem a uma sociedade homogênea mais ampla, que parece estar na periferia, mas está no centro, para que a soma que está no centro tenha que rejeitar essas propostas com categorias como inserção, democracia, exclusão, patriarcado.

Mas eu estava pensando naquelas que o Fundo Monetário e o Banco Mundial gostam de criar, dessas que eu estava pensando. Então, o meu muito obrigado pelo convite e quero dizer a todos que estou disponível sempre, se quiserem, para podermos conversar mais sobre muitas coisas. Mas se sentirem algo diferente é porque eu sou do mundo e vim aqui para dizer que vocês não estão sós, porque nós também estamos do outro lado. Muito obrigado.

Bibliografia

INSTITUTO DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO E DG EDIÇÕES,

Miguel Torga: ensaios de filosofia e literatura. Porto. Primeira edição. ISBN: 978-989-54908-4-4, 2020.

BOURDIEU, P. *Sobre o Estado. Cursos no collège de France (1989-1992).* Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo. Companhia das Letras, 2012.

RUPIA JUNIOR, B. *A construção da prática docente. Reflexões sobre alguns princípios didáticos elementares.* Mauritius. Novas Edições Acadêmicas, 2020.